

Vacinas: especialistas da USP esclarecem a população sobre tema que engaja todo o País

Em encontro multidisciplinar sobre vacinas contra a covid-19, cientistas dão um panorama da situação, esclarecem dúvidas e discutem principais desafios; live transmitida no Canal USP teve uma das maiores audiências do ano

Ciências / Ciências da Saúde / Institucional / Jornal da USP no Ar 1ª edição / Rádio USP <https://jornal.usp.br/?p=378507>

14/12/2020 - Publicado há 4 anos Atualizado: 26/05/2022 às 12:08



Por [Luiza Caires](#)

[embedyt] <https://www.youtube.com/watch?v=zGuZxmiB0n8>[/embedyt]

Nesta segunda (14), a USP reuniu alguns de seus maiores especialistas nos vários aspectos envolvendo a imunização da população brasileira contra o coronavírus. O evento *Vacinas e covid- 19: Uma visão multidisciplinar* foi transmitido pelo Canal USP no YouTube para uma audiência que atinge, só neste primeiro dia, mais de 10 mil usuários. A maioria cheia de perguntas e atenta a um tema que neste momento interessa a qualquer pessoa: uma vacina que, se não der fim a esta pandemia, ao menos poderá inaugurar um capítulo menos trágico dela – são mais de 180 mil mortos pela doença até agora no País.

O evento foi organizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, pelo Instituto de Estudos Avançados e pela Superintendência de Comunicação

Vahan Agopyan – Foto: Marcos Santos/USP Imagens

Social. Na abertura, o reitor Vahan Agopyan classificou como obrigação da Universidade esclarecer a sociedade, principalmente quando há pontos de vista contraditórios sobre um assunto que demanda uma informação mais precisa e confiável. Para ele, 2020 é um ano complicado, e que vai ser marcante também no aspecto de a sociedade ter percebido a importância de contar com instituições de ensino e pesquisa sérias, ao mesmo tempo em que, mais do que nunca, essas instituições recebem ataques. “Justamente hoje tivemos um entendimento da Justiça paulista não reconhecendo nossa autonomia em um aspecto importante, e também um risco muito grande de que a nossa principal fundação de apoio, a Fapesp, venha a perder uma parcela significativa do seu orçamento.”

Agopyan lembrou ainda que tudo que acontece em termos de ações contra a pandemia agora na Universidade “não é por empolgação dos nossos pesquisadores, mas sim porque eles estão trabalhando no tema e em assuntos correlatos há décadas”. Segundo o reitor, trata-se de um pessoal experiente, em grupos de pesquisa bem consolidados, e que precisa de instituições sólidas como a USP e a Fapesp, com projetos de longo prazo. “Mas vamos sair dessa reunião convictos que, mais uma vez, a ciência vai ajudar a nossa sociedade”, disse.

O professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP Glauco Arbix também criticou o menosprezo à ciência pelas mais altas autoridades do País. “Mesmo governos que dizem respeitar a ciência, como o de São Paulo, continuam a encurralar a pesquisa científica.”

Para ele, a realidade das vacinas abre um novo capítulo na luta contra a pandemia sim, mas erram aqueles que pensam que os imunizantes representam o fim da covid. “O mais provável é que seja o fim do começo, pois uma nova etapa se abre, sem que possamos baixar a guarda de toda a prevenção necessária. Não há mágica ou solução salvadora.”

Para as políticas públicas, afirma que é preciso garantir a compra das vacinas aprovadas pela Anvisa, seja qual for sua origem, com estratégia e critérios claros, ressaltando que o governo federal até agora foi incapaz de fazer isso. Outra proposta é que o Brasil passe a contar com um centro de prevenção de doenças: “Está mais do que na hora de abrir este debate, pois infelizmente novos eventos extremos como o atual virão”.

Glauco Arbix – Foto: Marcos Santos / USP Imagens

Arbix lembrou que a Universidade alertou a todo momento que o vírus está longe de ser democrático, pois os mais vulneráveis continuam sendo os mais atingidos. “Fazemos alertas, propostas e recomendações, porque essa é a nossa vocação. A pesquisa é imprescindível para salvar vidas. Sempre afirmamos a luta da ciência contra o obscurantismo e a solidariedade contra o egoísmo. É o que está no coração da nossa universidade”, finalizou.

O professor Guilherme Ari Plonsky, também do IEA e da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, ressaltou o caráter de sofrimento e aprendizado da pandemia. “O sofrimento coletivo só não será em vão se tivermos aprendizados relevantes”, disse, enumerando algumas lições que ainda precisamos obter do tema, a começar sobre a falta de adesão à prevenção e ao desafio da hesitação vacinal. “Tivemos ao longo deste ano a experiência da limitação dos apelos à razão para medidas restritivas e cuidados básicos, mesmo quando as condições objetivas de moradia e sustento permitiam estes cuidados. Então temos que entender que outras formas testadas de estímulo a um comportamento pró-social – num ambiente democrático – se mostram eficazes.”

Outra pergunta importante a ser respondida, disse Plonsky, é como repactuar a relação delicada entre as esferas da ciência, do público e da política, após encontros duros durante a pandemia. “Mais do que a validade, o desafio é repensarmos a ‘valência’ da ciência, ou seja, sua capacidade de se ligar ao público mediante entrega, recebimento e compartilhamento de conhecimentos”, encerrou.

Desenvolvimento de vacinas

Na primeira sessão, Jorge Kalil Filho, professor da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), resgatou o histórico de mortes durante a pandemia, chamando a atenção para o cenário que voltou a ficar crítico na Europa e para o fato de que os Estados Unidos parecem ter “perdido absolutamente o

Jorge Kalil – Foto: Ramon Moser/UFRGS

controle da doença”, com números que chegam a mais de 3 mil mortes por dia.

No Brasil, observou que os casos que tinham crescido bastante, diminuíram, mas que agora temos uma tendência de subida novamente. “Sabemos que o Sars-Cov-2 veio para ficar. Enquanto a curva for ascendente o risco é muito alto, e quando for descendente é preciso muito cuidado para não haver um novo pico. Muitos não tomaram esses cuidados, frequentando bares, festas privadas – parece que para a nova geração a doença não existe. Os números subiram, hospitais e UTIs lotados, começando pelas classes A e B”, alertou.

Para que nós pudéssemos voltar à tranquilidade, diz ele, seria preciso haver ou um tratamento eficaz, simples e barato – o que nós não temos (há alguma perspectiva de estudos com anticorpos monoclonais, mas que seriam de alto custo); ou imunidade comunitária, com 80% a 90% das pessoas tendo sido infectadas (até se discutiu que seria menos, no começo da pandemia, mas voltou-se atrás); ou uma vacina com ampla cobertura, eficaz e disponível para os brasileiros.

E para se obter uma vacina, segundo Kalil, não há uma receita final definida, “idealmente é preciso conhecer sua resposta imune, ela não deve causar uma doença mais grave, com anticorpos que não neutralizam o vírus mas aumentam os sintomas; tem que induzir uma resposta imunológica longa; deve estar disponível com um custo acessível; e se adaptar à necessidade nacional caso haja alguma mutação no vírus que exija atualização da vacina”.

Durante sua exposição, Jorge Kalil também explicou como o novo coronavírus, que infecta humanos, surgiu a partir de mutações que o permitiram pular de uma espécie para outra, e esclareceu por que a proteína spike é o alvo das principais vacinas contra a covid, vacinas essas que buscam induzir à chamada resposta imunológica adaptativa: além de anticorpos contra o vírus (imunidade humoral), estimulam células de defesa (imunidade celular) que reconhecem e destroem células infectadas.

Ele mencionou algumas abordagens das principais vacinas em desenvolvimento contra o coronavírus, e abordou também a importância das que estão sendo desenvolvidas no Brasil, mesmo que em estágio menos avançado, uma delas pelo seu grupo (Incor/HC/FMUSP) e outra pelo grupo de Ricardo Gazinelli (Fiocruz), no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Vacinas (INCTV).

Como questões para reflexão, o médico mencionou a necessidade de verificar eficácia em diferentes idades, minorias e grupos de risco; a importância do Brasil deter a tecnologia de produção; nossa capacidade de produção, distribuição e estocagem, considerando temperatura; a prioridade na ordem de vacinação dos diferentes grupos, e o efeito esperado – ele explicou que as vacinas atuais, até pela urgência, estão sendo feitas com objetivo de evitar doença, mas o ideal seriam vacinas cujo efeito fosse a esterilização, ou seja impedir também que a pessoa vacinada continuasse transmitindo o vírus, que pode circular no nariz e orofaringe e ser transmitido.

*Luiz Carlos de Souza Ferreira –
Foto: Marcos Santos/USP
Imagens*

Luis Carlos de Souza Ferreira, diretor do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da USP, também pontuou a importância dos grupos brasileiros que se dedicam a vacinas, citando a parceria do ICB com a plataforma Pasteur. Para ele, as novas tecnologias que surgiram e estão sendo adotadas, como as vacinas de RNA mensageiro – que inclusive estão sendo estudadas experimentalmente no ICB -, vão inaugurar um capítulo novo na história dos imunizantes, abrindo perspectivas para outras vacinas que precisarem, no futuro, ser implementadas em tempo recorde.

Por isso mesmo, ele considera preocupante que no Brasil poucos grupos dominem hoje a tecnologia de RNA mensageiro. “Precisamos ter mais grupos trabalhando com ela e com outras tecnologias também. Para isso é necessária uma política global de apoio, financiamento e integração com setores produtivos”, afirmou, comparando à fabricação de um carro, que não demanda apenas o conhecimento de como fazer as peças. “Nós temos competência na área básica mas precisamos reconhecer a necessidade de um plano nacional, ou pelo menos estadual, para que universidades e empresas trabalhem em conjunto. Ou ficaremos dependentes.”

A vacina do Instituto Butantan

Butantan irá solicitar registro definitivo para a vacina CoronaVac, informou Dimas Covas – Foto: GOVESP

Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan e professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da USP, fez um resumo do atual status da CoronaVac, vacina que é objeto de acordo do Instituto Butantan com a empresa Sinovac, lembrando que a produção já foi iniciada no último dia 8. A vacina, até agora, está sendo bancada pelo Butantan, com a possibilidade de ser incorporada pelo governo de São Paulo no programa de vacinação a partir de 25 de janeiro. A maior parte do total de doses será produzida no próprio Butantan, com a previsão de totalizar 101 milhões de doses até maio de 2021.

Até o momento, o Ministério da Saúde não se decidiu por um financiamento para esta vacina, lamentou o dirigente, ao relatar que a negociação está parada desde setembro. “Estávamos muito próximos de assinar contrato, inclusive com anúncio feito pelo próprio ministro da Saúde, fala que teve sua cassação pelas redes sociais do presidente.”

Do ponto de vista dos ensaios, uma notícia boa é a finalização do estudo de fase 3 com mais de 12 mil participantes incluídos, e ultrapassando o número mínimo de casos de infecção para análise primária: seriam 154, e já há mais de 170. “Estamos aguardando a análise final, que deve sair na próxima semana, para poder fechar este estudo, e com isso solicitar o registro do produto. Ou seja, não vamos fazer o pedido de uso emergencial porque já vai ser pedido o registro do produto.”

“Temos mais de 20 mil vacinações feitas no Brasil e mais de 100 mil na China, demonstrando um excelente perfil de segurança, com incidência de poucos efeitos adversos, a maioria sendo efeitos leves, além de um perfil de imunogenicidade adequado, comparado, e às vezes superior, ao de várias das vacinas que estão sendo testadas e até já autorizadas.”

Dimas informou ainda que já tiveram início na China os estudos em crianças, sendo que os testes em idosos já foram concluídos. A fábrica da Sinovac já é certificada pela autoridade chinesa e, na semana passada, a Anvisa terminou inspeção e deve apresentar o relatório que é necessário para o pedido de registro. “E, friso, não é o uso emergencial que vamos discutir com a Anvisa na próxima semana”.

No melhor cenário, disse ele, em janeiro teremos essa vacina disponível em São Paulo, sendo que outros 14 Estados já demonstraram interesse em incorporá-la a programas locais de vacinação, além de mais de mil municípios. O que não é ideal, segundo Dimas Covas – o melhor é que ela fosse incorporada pelo Programa Nacional de Imunização, o que pode não ser possível dada essa dificuldade de cunho político-ideológico. “Tudo isso cria essa grande instabilidade, e também uma pressão grande dos Estados, que querem a vacina mas não têm dinheiro para financiamento”, lamenta o professor.

Ele anunciou ainda que o registro também será pedido simultaneamente na China, o que pode criar uma pressão na Anvisa, já que o produto estará reconhecido por uma grande agência. “Não temos nem nunca tivemos problema do ponto de vista técnico com a Anvisa. Esse ruído que apareceu recentemente não é habitual. Mas essa estratégia talvez seja agora a melhor disponível.”

Outros aspectos epidemiológicos e clínicos

Esper Kallas, professor da FMUSP, fez outras considerações sobre as pesquisas com vacinas, comentando que a quase totalidade dos estudos visa a um imunizante que impeça a instalação da doença.

Ele destacou o caso da vacina da Universidade de Queensland, cuja aquisição já havia sido negociada pelo governo australiano, mas que teve que ser cancelada após um problema no seu desenvolvimento. “Vamos ver isso acontecer ainda algumas vezes aí pela frente”, declarou, ao comentar as dificuldades envolvidas no desenvolvimento dos imunizantes.

Esper Kallas – Foto: Reprodução

Como caso positivo entre as vacinas que já tiveram divulgados seus estudos, Kallas citou a Biontech/Pfizer, que demonstrou uma resposta rápida e com alta eficácia, e a própria CoronaVac, que inclusive já foi adquirida antes da finalização da fase 3 pelo governo da Indonésia, mostrando como há diferenças de perspectiva entre os processos de ciência e saúde em alguns países orientais em relação ao que estamos habituados por aqui.

Kallas assegurou ainda que, apesar dos embates político-ideológicos envolvendo as vacinas no Brasil, a parte técnica e científica do desenvolvimento do produto não está sendo afetada. “Primeiro porque precisamos garantir a segurança dos voluntários, e segundo porque não abrimos mão do rigor científico destes projetos, que têm análise independente.”

Força de trabalho e rede de frio podem ser desafios para implementação da vacinação no Brasil – Foto: Evandro Oliveira / PMPA via Fotos Públicas

Fornecendo informações básicas sobre como funciona a incorporação de novas vacinas e seus parâmetros do ponto de vista da saúde pública, o professor da FMUSP Expedito Luna chamou a atenção para problemas como a diminuição do número de profissionais na atenção básica, força de trabalho que também deve ser considerada dentro da logística vacinal; a capacidade já excedida da nossa rede de frio, para conservação de imunizantes; e a necessidade aumentar a capacidade de investigação em um sistema de vigilância de eventos adversos pós-vacinação, também chamada de “fase 4”.

Luna abordou também a seleção de populações-alvo para a vacinação, ou seja, a prioridade dada aos diferentes grupos, que tem critérios já listados pela

Expedito Luna – Foto: Reprodução

Organização Mundial da Saúde baseados em princípios e valores como bem-estar humano, respeito, equidade, reciprocidade e legitimidade. Neste sentido, a OMS elenca idosos; portadores de condições que os coloquem em maior risco de adoecer e morrer; trabalhadores de serviços essenciais; trabalhadores de serviços que não podem cumprir o distanciamento; grupos etários com maior risco de transmitir a doença; trabalhadores dos serviços de proteção às fronteiras; e viajantes. O professor mostrou como estas recomendações estão se traduzindo nos diferentes países, como Reino Unido e EUA, que colocaram como primeiro grupo residentes e trabalhadores de instituições de longa permanência para idosos.

No Brasil, Luna informou que os óbitos ocorrem principalmente a partir dos 60 anos, nos pacientes que têm cardiopatias e diabetes como comorbidade e, no recorte por raça, na população negra. O professor, que trabalhou no grupo chamado para elaborar o plano de vacinação nacional, mostrou os grupos que foram elencados nas discussões, e contou sobre sua surpresa, no último sábado, ao ver que o plano havia sido entregue, por exigência judicial, mas sem algumas recomendações, como foi o caso da exclusão da população do sistema prisional.

Logística

Foto: Marcello Casal Jr / Agência Brasil via Fotos públicas

Logística para a vacinação no Brasil também foi tema de uma mesa específica com Claudio Barbieri da Cunha, professor da Escola Politécnica (Poli) da USP, Paulo Gonçalves, da Universidade de Lugano e Hugo Yoshizaki, professor da Poli.

Nesta sessão eles abordaram outros desafios de uma operação complexa, que exige instalações, pessoas, veículos, equipamentos fixos e móveis e as vacinas.

“É importante enxergar tudo de maneira integrada: não é só a vacina que precisa estar disponível: seringas, agulhas, frascos, diluentes, EPIs, embalagens. E vivemos no Brasil um apagão de alguns desses materiais”, disse Claudio da Cunha.

Os palestrantes também destacaram a importância de pensar no descarte desses resíduos, e da gestão de uma cadeia de suprimentos que precisa estar bem integrada.

Os custos de uma vacina e de uma pandemia

Nesta sessão, a pesquisadora da FEA Maria Dolores Montoya Diaz falou sobre o quanto pode custar uma pandemia. Levantando a discussão sobre os impactos econômicos da doença e da vacinação na população, a conclusão é de que, embora os custos de vacinação sejam altos, o custo da inação é muito maior.

A professora ressaltou que a complexidade das consequências de uma pandemia não pode ser medida tão facilmente. Os impactos, tanto financeiros, quanto sociais, não se restringem ao momento em que a pandemia acontece, mas podem gerar consequências durante muitos anos. “As repercussões trazidas pela covid-19 não são apenas decorrentes da própria doença, mas também em relação à aversão ao risco que parte dos indivíduos adquire”, disse.

*Maria Dolores Montoya Diaz –
Foto: Arquivo pessoal*

Uma das grandes preocupações é sobre o que acontecerá como resultado do fechamento das escolas, por exemplo. Há um efeito de longo prazo que pode afetar a produtividade das pessoas e, por consequência, a atividade econômica.

Para ela, é importante observar os efeitos das medidas de combate à pandemia nos indivíduos. No Brasil, as medidas de redução do contágio, no campo da economia, se encontraram em quatro esferas: aquelas ligadas à própria doença (compra de materiais, respiradores, ampliação de leitos de UTI e afins), medidas para a proteção do emprego, medidas de crédito para a proteção de empresas, e o auxílio emergencial, o mais caro até agora, custando cerca de R\$ 320 bilhões aos cofres públicos. Atualmente, o total dessas medidas soma em torno dos R\$ 500 bilhões.

“É preciso que haja um investimento permanente em tecnologias de vacinação. As vacinas que estão sendo disponibilizadas agora só existem porque já havia pesquisa há muito tempo sobre isso”, explicou a professora.

Na hora de fechar as contas, o preço da inação é muito superior ao custo da vacinação, disse Maria Dolores Diaz – Foto: Pixabay-CC

Diaz destacou ainda três fatores que precisam ser levados em conta na hora de elaborar um plano de vacinação: incertezas sobre o grau de eficácia da vacina, externalidades (presença de efeitos nos grupos que não poderão se vacinar, ou seja, quanto maior o número de vacinados, melhor) e informação assimétrica (nem todos detêm o mesmo conhecimento sobre a vacina).

Para avaliar o custo da vacinação, a Organização Mundial da Saúde (OMS) disponibiliza uma planilha para ser preenchida. Porém, os preços unitários não contemplam a vacina da Pfizer mas comportam a da Moderna, por exemplo. Para estimar o valor, é preciso levar em consideração as questões logísticas de transporte, compra de insumos necessários para aplicação, entre outros. Assim, um dos possíveis preços unitários da vacina seria em torno de US\$ 22,15.

Com base no plano de vacinação do governo britânico — utilizado por Diaz devido a uma questão de clareza — e em dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a primeira dose da vacina teria que ser dada para 110 milhões de brasileiros, de

acordo com a pesquisadora. “É claro que não vamos conseguir vacinar esse número de pessoas, mas serve de estimativa”, explicou.

“O preço da inação é muito superior ao custo da vacinação, mas precisamos falar do custo da vacina para fazer um bom planejamento”, defendeu a professora. Além do preço da própria vacinação, é preciso estimar custos elevados para a conscientização da população em relação à importância da imunização.

Vacinação compulsória é legal?

Na última sessão do dia, o professor da Faculdade de Direito (FD) da USP Virgílio Afonso da Silva discutiu a legalidade da vacinação compulsória de acordo com as leis brasileiras. A conclusão foi de que é possível usar a lei para obrigar as pessoas a se vacinarem, mas apenas no caso de a imunização voluntária ter adesão muito abaixo do esperado. A discussão sobre a legalidade centrou-se no direito constitucional.

“Podemos dizer, bem resumidamente, que duas coisas cabem ao direito constitucional: organizar o Estado, ou seja, determinar o que compete a cada um dos poderes, e assegurar os direitos essenciais dos indivíduos”, explicou o professor. A discussão sobre a compulsoriedade da vacina orbita entre esses tópicos.

Virgílio Afonso da Silva – Foto: Arquivo pessoal

No caso de uma República Federativa, como o Brasil, a Constituição define o que diz respeito à União e o que é responsabilidade dos Estados e municípios. Em muitas esferas, como na saúde, por exemplo, a Constituição permite que ambos atuem em favor da população. Nesse caso, a União é responsável por dar as diretrizes gerais sobre o que deve ser feito e agir como articuladora para garantir que tudo ocorra bem.

“Quando o federalismo funciona bem, essa questão não chega a trazer problemas. Mas quando o governo federal insiste em ser omissivo, os espaços que ele deveria ocupar logo são preenchidos”, conta Virgílio. Assim, em um cenário ideal, a imunização feita em apenas um Estado não faz sentido, mas se o governo se omite os Estados tomarão a frente.

Vacinação compulsória só é possível diante de ameaça à saúde coletiva e se não houver alternativa para que seja voluntária

O artigo terceiro da Lei 13.979, de 2020, criada para isso, deixa claro que as autoridades podem decretar vacinação compulsória. Mas o pesquisador diz que o assunto levanta uma série de controvérsias, “para definir se isso é possível, dependemos de várias outras áreas e contextos, não há uma resposta única que independe do momento”, explica.

De um lado, há o direito fundamental à saúde, por outro, o direito fundamental à liberdade individual. No direito constitucional, a questão da necessidade é levantada quando esse embate entre as liberdades é colocado. É preciso saber se o objetivo —no caso, a segurança da população em razão da imunidade — pode ser atingido por outro meio. Se a resposta for sim, a vacinação compulsória não é constitucional.

A alternativa seria a vacinação voluntária. A vacinação compulsória implicaria na imposição de restrições aos que se recusarem a se vacinar, e isso pode aumentar a desigualdade no País. “Se as restrições forem ao acesso de serviços públicos, como a saúde, por exemplo, a população pobre se verá prejudicada, visto que os ricos têm dinheiro para usar serviços privados”, explica. Vacinação voluntária deve ser a primeira alternativa.

Investimento de longo prazo

No encerramento do evento, o professor Carlos Gilberto Carlotti Júnior, pró-reitor de Pós-Graduação da USP, chamou atenção para o papel que a USP vem desempenhando ao longo da pandemia. “Ficou claro que a Universidade tem capacidade técnica para dar respostas em relação às políticas públicas”, disse. “A população pode ter acesso a informações altamente qualificadas que acabaram com vários mitos, e a qualidade do que está sendo feito pela ciência foi muito bem estabelecida”, analisou o pró-reitor.

*Carlos Gilberto Carlotti Junior –
Foto: Marcos Santos/USP
Imagens*

O professor também destacou a importância do investimento constante na ciência: as vacinas contra a covid-19 só puderam ser desenvolvidas em questão de meses porque as tecnologias usadas nelas já estão sendo pesquisadas e aperfeiçoadas há décadas. “É assim que se faz pesquisa: através de anos de investimentos, para que você tenha uma resposta rápida quando precisar.”

Ouçá o balanço que o professor Carlotti Júnior fez do evento em entrevista ao *Jornal da USP no Ar* no dia 15 de dezembro:

00:00

00:00

Rádio USP OUÇA AQUI EM TEMPO REAL 

Por Luiza Caires. Colaborou: Beatriz de Azevedo

Atualizado em 15/12/2020, 11h.



Política de uso

A reprodução de matérias e fotografias é livre mediante a citação do Jornal da USP e do autor. No caso dos arquivos de áudio, deverão constar dos créditos a Rádio USP e, em sendo explicitados, os autores. Para uso de arquivos de vídeo, esses créditos deverão mencionar a TV USP e, caso estejam explicitados, os autores. Fotos devem ser creditadas como USP Imagens e o nome do fotógrafo.